

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

3



LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

3



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: mercado e relações de trabalho 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luan Vinicius Bernadelli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: mercado e relações de trabalho 3 / Organizador Luan Vinicius Bernadelli. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0497-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.972220509>

1. Economia. I. Bernadelli, Luan Vinicius (Organizador).

II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A terceira coleção do livro “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho 3” é composta de diversos capítulos, tendo como objetivo principal ajudar na construção do debate científico. A primeira edição da coleção apresenta diversos artigos interessantes para o debate do mercado de trabalho, o segundo volume também aborda de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos, revisões e ensaios empíricos que transitam nos vários caminhos das organizações e da economia. A terceira edição da coleção aborda questões multidisciplinares nas áreas de mercado e relações de trabalho.

O objetivo principal da obra é apresentar de forma categorizada estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos, a linha geral foi o estudo de aspectos empresariais ligados ao debate do mercado de trabalho.

Nesta obra são debatidos vários temas importantes com o intento de fundamentar o conhecimento científico, contribuindo a todos os leitores que de alguma forma se interessam pelo estudo do mercado de trabalho. São trabalhos que se empenham em mostrar o papel da escolarização no desenvolvimento econômico. Das condições socioambientais de catadores de resíduos, da mão de obra feminina no mercado financeiro, entre outros trabalhos.

A organização desta obra não está fundamentada sob uma única temática, considerando a diversidade de tópicos e métodos que são apresentados. Nesta obra, o leitor terá a oportunidade de contemplar 6 capítulos que debatem o mercado e as relações de trabalho.

A existência do terceiro volume de uma obra que debata o comportamento do mercado de trabalho e o perfil empresarial das organizações é essencial no atual contexto econômico e financeiro, onde há uma intensa modificação no perfil tanto das empresas, quanto dos profissionais. Tratam-se de temas atuais e de interesse direto da sociedade.

Assim, a obra “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho 3” é composta de trabalhos fundamentados nos resultados práticos obtidos pelos diversos estudantes, professores e demais profissionais que desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática.

Considerando a importância da divulgação científica, a editora Atena, em mais uma obra, auxilia na construção do conhecimento, auxiliando toda a comunidade científica na divulgação de seus resultados.

Luan Vinicius Bernardelli

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ECONOMIA DA EDUCAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLARIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Adelcio Machado dos Santos
Rita Marcia Twardowski
Audete Alves dos Santos Caetano
Danielle Martins Leffer
Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205091>

CAPÍTULO 2..... 13

O IMPACTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DO RELATO FINANCEIRO: O CASO DE MOÇAMBIQUE

Maira José Antônio Francisco
Cristina Belmira Gaio Martins da Silva
Alexandre Edgar Lourenço Tocoloa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205092>

CAPÍTULO 3..... 31

PERCEÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DOS CATADORES DE RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E DUQUE DE CAXIAS

Isabela Yasmin das Chagas Rodrigues
Christiane Florinda de Cima Aires

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205093>

CAPÍTULO 4..... 42

RESENHA - FARIAS, FLÁVIO BEZERRA DE. O ESTADO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO: PARA A CRÍTICA DAS VISÕES REGULACIONISTAS. 2. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001

Bruna Feitosa Serra de Araújo
Catia da Silva Feitosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205094>

CAPÍTULO 5..... 50

MULHERES E O MERCADO FINANCEIRO: COMPREENDENDO A MÃO DE OBRA FEMININA E O MERCADO DE TRABALHO NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

Karina Silva Guimarães
Aline de Queiroz Assis Andreotti Pancera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205095>

CAPÍTULO 6..... 63

COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS ATRIBUIDAS AOS CONTADORES PÚBLICOS SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE GARIBALDI/RS

Daniela Pegoraro

Elisane da Cas
Taísa Maria Rossato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205096>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	76
ÍNDICE REMISSIVO.....	77

CAPÍTULO 4

RESENHA - FARIAS, FLÁVIO BEZERRA DE. O ESTADO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO: PARA A CRÍTICA DAS VISÕES REGULACIONISTAS. 2. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001

Data de aceite: 01/09/2022

Data de submissão: 02/08/2022

Bruna Feitosa Serra de Araújo

Universidade Federal do Maranhão
Pós-Doutoranda em Direito e Instituições do
Sistema de Justiça (UFMA)
Doutora e Mestre em Políticas Públicas
(UFMA)
<http://lattes.cnpq.br/8754963642098159>

Catia da Silva Feitosa

Universidade Federal do Maranhão
Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico
(UFMA)
<http://lattes.cnpq.br/6556759953990352>

RESUMO: A obra resenhada trata-se de análise sobre o Estado capitalista, retomando o fundamental pensamento de Marx e procura definir o Estado a partir do método marxiano, tratando-se de estender o método desenvolvido na crítica da economia política para a análise do Estado. Observa-se a crise profunda do capitalismo, visualiza-se a transformação social e a revolução possível, acreditando-se na utopia concreta do comunismo. Analisa-se que a superação do capitalismo é um movimento que começa no nível político, formando-se a unidade da consciência de classe e da ação revolucionária dos oprimidos e dos explorados.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Capitalista. Crítica.

REVIEW - FARIAS, FLÁVIO BEZERRA DE. THE CONTEMPORARY CAPITALIST STATE: TOWARDS THE CRITIQUE OF REGULATIONIST VIEWS. 2. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001

ABSTRACT: The work is an analysis of the capitalist State, taking up Marx's fundamental thought and seeks to define the State from the Marxian method, trying to extend the method developed in the critique of the economy to the analysis of the State. The deep crisis of capitalism is observed, social transformation and possible revolution are visualized, believing in the concrete utopia of communism. It is analyzed that the action of capitalism is a movement that begins at the political level, forming itself from class consciousness and the super unity of action of the oppressed and the advanced.

KEYWORDS: State. Capitalist. Criticism.

O livro “O estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas” publicado pela Editora paulista Cortez no ano de 2001, foi escrito pelo economista Prof. Doutor Flávio Bezerra de Farias, professor do Departamento de Economia, bem como do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

Autor de intensa originalidade e de uma posição crítica e revolucionária inconfundível, a obra é fruto de investigações que iniciaram-se em 1995-1996 na Universidade Paris-Nord em

programa de pós-doutorado.

A obra ora em tela tem como objetivo analisar o Estado capitalista, retomando o fundamental pensamento de Marx e procura definir o Estado a partir do método marxiano, tratando-se de estender o método desenvolvido na crítica da economia política para a análise do Estado.

A obra está dividida em três capítulos. No capítulo inicial, “Contribuição à Crítica do Estado Capitalista Moderno” (p. 24 a 44), é analisado as múltiplas determinações do Estado, rejeitando-se a ideologia formalista que pretende apreender todos os papéis instrumentais do Estado como se o jurídico pudesse ser a expressão verdadeira, justa e plena dos fatos da existência desta forma; bem como analisando que os instrumentalistas e os formalistas servem-se da mesma muleta para apoiar uma definição defeituosa do Estado, sobretudo porque esquecem as determinações especificamente capitalistas deste Estado.

O autor trata a abordagem de que o que falta às teorias da regulação não é exatamente levar em consideração os aparelhos e a legitimação de Estado, a divisão do trabalho e o conflito de classes. Não lhes falta também a abordagem isolada do governo e do Estado propriamente dito, mas a análise da passagem dialética de um para outro de todos os aspectos.

Dentro deste capítulo, analisa a natureza do Estado, onde Farias (p. 28) aborda que contrariamente aos autores que reduzem a questão da natureza do Estado aos conflitos de classe, é a partir do trabalho num contexto mercantil desenvolvido que se deve apreender a emergência e a constituição do Estado como forma social concreta, complexa e contraditória.

Dentro desse contexto da natureza do Estado, o autor igualmente trata acerca do silogismo do Estado (p. 28 a 30), onde apresenta que o Estado é um movimento de totalização e de concretização que se situa no tempo e no espaço; é um silogismo que se compõe de três termos: a forma-Estado (generalidade), a forma de Estado (particularidade) e a forma do Estado (singularidade).

Trata, igualmente, da análise da estrutura do Estado (p. 30 a 31), onde a categoria Estado corresponde a um ser social rico em determinações que se estruturam material e socialmente tanto no nível fenomênico quanto no essencial. Essa categoria se exprime sob a aparência de governo, ou de regime político. Aborda o fetichismo do Estado (p. 31 a 32), no qual o autor entende que pensar o Estado com a marca de seu fetichismo é assumir um espírito de Estado, ou aplicar ao Estado categorias de pensamentos oficiais. Portanto, é ignorar a essência do Estado em proveito de suas mentiras, das falsas aparências produzidas e garantidas pelo próprio Estado.

Observa-se a genealogia do Estado (p. 32 a 35), onde o autor trata a problemática de que frequentemente o Renascimento é visto apenas ou como uma revolução artística e científica, ou como um retorno à Antiguidade sobre questões essenciais da política e da ética, ignorando o fenômeno da gênese da sociedade burguesa moderna, bem como o

desdobramento desta em sociedade civil e Estado, assim como analisa a natureza fisco-finança do Estado (p. 35 a 36), onde explana que para esclarecimento dessa natureza, é preciso apreender as variações no tempo e no espaço, tanto de suas relações com o capital, como das mediações que possibilitam seus movimentos contraditórios; perpassando pela análise de que as relações entre o capital e o Estado são orgânicas e historicamente determinadas.

Explica a teleologia do Estado (p. 36 a 39), onde analisa que o Estado tem seus fins gerais estabelecidos desde a gênese do processo de desdobramento da sociedade burguesa, perpassando igualmente o entendimento de que o Estado e o capital são formas cuja teleologia muda, desde a gênese e o desenvolvimento, até a extinção delas, bem como analisa o papel do Estado (p. 39 a 44), tratando o papel mediador deste, no qual sublinha a oposição às análises regulacionistas, situando-se a gestão estatal dos objetos mediadores das contradições do capital em diversos níveis de abstração, assim como o papel do Estado como agente de intervenção, examinando a gestão estatal tanto sob o aspecto histórico, nas intervenções próprias ao liberalismo e ao providencialismo e o papel espacial do Estado, examinando o aspecto espacial nos domínios local, nacional e global.

No capítulo subsequente, “Contribuição à Crítica do Estado Capitalista Pós-Moderno” (p. 45 a 61), é analisado o advento do Estado pós-moderno e o advento da nova dinâmica revolucionária, no processo histórico objetivo de superação do capitalismo contemporâneo, na perspectiva da utopia concreta do comunismo, sendo analisado os problemas estruturais, os problemas fisco-financeiros, os aspectos feitichistas e os aspectos teleológicos do Estado pós-moderno.

Diante de todo esse panorama, Flávio Farias utiliza em sua obra a epistemologia e a ontologia do ser social constitutivas do método marxiano, que é indispensável a uma abordagem crítica e revolucionária do Estado na modernidade em vigor, cujo ponto de partida é o desdobramento da sociedade em Estado e sociedade civil. Trata-se de um processo de desdobramento objetivo e orgânico, que foi analisado por Marx como um fenômeno historicamente determinado, cuja dialética mostra, também, os fins do Estado (sua extinção) sob uma perspectiva anti-sistêmica. Esse processo sempre foi percebido de maneira mecânica pelas análises correntes, seja de maneira positivista ou funcionalista pelas análises regulacionistas. Todas essas análises abordaram os fins do Estado apenas numa perspectiva sistêmica. Hoje, este ponto de vista vem sendo privilegiado pela “experiência individual (de tipo pós-moderno)” que nos quer convencer de que o “sistema” capitalista tem de ser eterno. Nas palavras de Jameson (1997), “parece que hoje é mais fácil imaginar a deterioração total da terra e da natureza do que o colapso do capitalismo tardio”.

Em sua obra, critica-se as visões regulacionistas do Estado, no sentido amplo acima definido. No primeiro e segundo capítulo então, Flávio Farias tratou de abordar o Estado capitalista, a partir do método crítico e revolucionário marxiano. Com efeito, desde 1845,

Marx já compreendia o comunismo não como um ideal abstrato, mas como um movimento real que abole o estado de coisas presente. Este processo revolucionário foi reexaminado nos trabalhos marxianos de maturidade sobre os aspectos políticos, jurídicos e ideológicos da sociedade burguesa. A crítica da economia política se colocou em profundidade e em extensão na perspectiva do comunismo como uma utopia concreta. É sobre esta base que se busca definir aqui a forma-Estado capitalista utilizando a epistemologia e a ontologia do ser social constitutivas do método marxiano. Sem olvidar, por isso mesmo, um século e meio de recusa radical do capitalismo, cuja história nos mostrou a variabilidade.

Para Flávio Farias, é possível incorporar as contribuições dadas pelo marxismo do século XX, chegando a resultados completamente distintos dos obtidos pelas análises correntes.

No pensamento crítico e revolucionário, a extinção da estrutura do Estado se iniciaria na democracia operária, considerada como uma transição para o comunismo. Trata-se de uma mudança que só ocorreria com a superação da divisão capitalista do trabalho e com o desaparecimento da contradição entre capitalistas e operários assalariados. Entretanto, mesmo entre os marxistas, ocorreram confusões, reduzindo tudo ao vínculo entre Estado e luta de classes, isto é, a dois termos, omitindo o terceiro: a divisão capitalista do trabalho.

Diante do insucesso recente de todas estas experiências e do fracasso de suas reformas, é pertinente atualizar a categoria do comunismo como uma utopia concreta. E, a partir desta base, analisar o Estado capitalista como uma totalidade concreta, complexa e contraditória.

Supõe-se, nessa obra, que o método crítico e revolucionário utilizado na obra *O Capital* serve para a análise e para a ultrapassagem dialética do Estado capitalista.

Desde o início do século XX, a partir da teoria revisionista do marxismo, as abordagens da regulação constituíram-se tanto em oposição ao método marxiano de análise do ser social, quanto em ruptura com a utopia concreta. Sobretudo no que diz respeito às implicações das categorias do “ultra-imperialismo” e dos “compromissos de classe”, na definição do Estado capitalista.

Certas interpretações reformistas buscam o socialismo – ou a sociedade regulada conforme o pensamento gramsciano – por intermédio, apenas, da regulação da sociedade capitalista. A crítica do Estado capitalista moderno, ao contrário, deve partir da epistemologia e da ontologia do ser social. Pois, em geral, o método marxiano permanece indispensável para uma abordagem crítica e revolucionária da modernidade em vigor. Além do mais, não se quer renunciar à substância emancipadora da modernidade, nem à ultrapassagem das formas mercantis simples e desenvolvidas, e, portanto, do Estado capitalista. Para proceder à crítica do Estado pós-fordista, deverá ser feito o confronto entre a ontologia do ser social e a ontologia da regulação.

No último capítulo, então, “A Lição Gramsciana e a Escola da Regulação” (p. 65 a 101), é analisado os fins do Estado de Gramsci aos regulacionistas; os fins do Estado

nos regulacionistas politicistas, o qual inicialmente vincula-se com o debate italiano entre o social-liberalismo e o marxismo; e os fins do Estado nos regulacionistas tecnicistas, onde o autor explana que no seio da tendência tecnicista não existe desacordo sobre a importância da progressão paralela das categorias-chave do modelo fordista.

Assim, dentro desse panorama, Flávio Farias inicialmente esclarece as múltiplas determinações do Estado, compreendendo a relação entre Estado e Capital pensando-a como um todo orgânico, retomando a perspectiva leninista e busca compreender a dialética do Estado capitalista.

Nesse sentido, entender o que foram o Estado liberal e o Estado social (momentos do Estado capitalista moderno) é fundamental. Do mesmo modo é vital para a intervenção teórico-política a clara compreensão do Estado pós-moderno que veio se constituindo nos últimos vinte anos da publicação da obra em 2001. O autor explica que as implicações decorrentes das políticas de Thatcher e Reagan clarificam a relação necessária entre o governo da economia e o governo das massas, vital para a resposta do Capital à sua crise.

Merece destaque na obra de Flávio Farias, igualmente, a compreensão do projeto teórico-político dos regulacionistas, principalmente porque, de um modo ou de outro, eles estão associados ao governo socialista francês, que implementa teses neoliberais.

A reflexão se aprofunda com a análise da era pós-moderna. E se constitui como uma elaboração para crítica de seu Estado. Flávio Farias afirma a necessidade de se pensar o sujeito revolucionário a partir do capital em sua contemporaneidade e não na abstração de um vago poder constituinte. Considera, que a oposição entre Estado máximo e Estado mínimo é um falso problema.

Faz, também, a crítica das visões regulacionistas examinando o modo pelo qual se realiza a passagem do Estado moderno ao pós-moderno. Nesse sentido, os regulacionistas, porta-vozes de uma concepção que nega a matriz classista, pela sua própria eficácia, são interlocutores a serem debatidos e criticados.

Flávio Farias examina a lição de Gramsci e como a escola da regulação viu essa contribuição à compreensão da dialética Estado-Capital. Gramsci coloca a questão da superação do Estado. Para Gramsci, a regulação da sociedade capitalista nada tem a ver com a tese da sociedade regulada. Os regulacionistas, sejam os de matriz politicista, sejam os tecnicistas, confundem essa questão e se apresentam como negadores da dialética Estado-Capital. O discurso regulacionista altera fundamentalmente a análise. À categoria totalidade concreta eles opõem sistema e estrutura, ao invés de contradições falam em conflitos, a mediação é transformada em regulação, não falam mais em leis gerais, mas, apenas, em regras e normas. Nas palavras de Flávio Farias, obviamente não podem pensar a dialética sujeito-objeto que é abolida em favor de uma noção de processo sem sujeito.

Dentro desse contexto, a utopia do Estado regulador vem do equívoco de atribuir a esta categoria um papel sem definir previamente a natureza desta. Ou melhor, o autor explica que esse mito regulacionista tem origem no erro de examinar as funções estatais

sem esclarecer antecipadamente nada sobre a forma-Estado. O funcionalismo e o positivismo regulacionista vêm, em geral, da rejeição do método crítico e revolucionário que utiliza as categorias da totalidade, da contradição, da mediação e das leis.

Para a crítica das abordagens regulacionistas, Flávio Farias parte da tese que o Estado e o capital formam um todo orgânico. Ambas as categorias referem-se a seres sociais e históricos, ricos em determinações, no sentido apontado pelo método marxiano. A partir deste método, para ele é possível fazer a passagem da crítica da economia do Estado burguês. Como um ser historicamente determinado, esse Estado adquire uma forma particular e relativamente autônoma, estrutura e reificada, existindo em si e para si, com fins sistêmicos e anti-sistêmicos. O Estado capitalista torna-se uma totalidade concreta, contraditória, cujo movimento obedece a leis. Esse todo complexo passa a desempenhar um papel mediador, que traz a marca do espaço e do tempo, na resolução das contradições do modo de produção capitalista. Portanto, a intervenção estatal tem especificidades próprias à sua natureza territorial e traz os carimbos das eras moderna e pós-moderna.

A intervenção do Estado não é um simples reflexo dos conflitos entre parceiros sociais, que resultam dos interesses estritamente econômicos, estabelecidos, no regime de acumulação. Para apreender a ação do Estado sem eliminar de sua essência a luta de classes, cujo eixo material é a divisão do trabalho, Flávio Farias recusa em sua obra a categoria historicista da regulação, em prol da categoria histórica da mediação. Aliás, a tese regulacionista da extinção da luta de classes com o progresso técnico se manifesta cada vez mais como uma utopia abstrata. Na realidade, a luta de classes se transforma, em função das mutações, na divisão do trabalho. É verdade, também, que a luta de classes sai do quadro estreito do local de trabalho e que as novas localizações afetam a força de trabalho e aqueles que a personificam. Nesse sentido, Flávio Farias conclui que a luta de classes não é eliminada pela globalização – muito pelo contrário, generaliza-se em torno do eixo da nova divisão internacional do trabalho.

Flávio Farias explica que a crise social mostra que se esgotam, cada vez mais, as energias utópicas dos regulacionistas prisioneiros da categoria da relação salarial, que privilegia os momentos de harmonia sobre os de luta. Sobretudo quando a crise em tela manifesta, através de uma espécie de rigidez dos direitos sociais à baixa, a rejeição de uma competitividade tendo por eixo um progresso técnico que provoca a barbárie de uma ordem social injusta e desigual.

A necessária extinção das condições objetivas e subjetivas que fazem com que o Estado continue a existir é um processo de democratização que, propriamente, ainda deverá ser inventado. Mas, Flávio Farias explica, que nada impede que se assuma esta tarefa, desde hoje, da maneira brechtiana, destruindo a ideologia burguesa, captando as forças que fazem mover o mundo, contribuindo para o progresso da teoria. Em compensação, admitir a teoria da regulação e alimentar a tática positivista da ordem e do progresso implica que se faça desaparecer completamente a dialética e que se ignorem, também, as

formas políticas, os instrumentos por intermédio dos quais se realizam as mediações das contradições próprias aos mundos polarizados que constituem a produção no seu conjunto.

Nesse contexto, enquanto era pouco gloriosa da instabilidade estrutural, o pós-fordismo criou um estorvo para a ordem e o progresso em termos de regulação, cujo positivismo, que abstrai as leis da valorização do capital, foi desvendado pela opressão e pela expressão da força de trabalho em mutação, no quadro atual de uma ofensiva neoliberal ampla e profunda contra os trabalhadores.

Este embaraço não deveria incitar os balanços críticos positivos a propósito da escola da regulação, nem do ponto de vista da análise concreta, nem do ponto de vista da utopia concreta que se situa para além do horizonte da relação salarial. Por isso, foram criticadas na obra, tanto as abordagens em termos de regulação das relações mercantis (simples ou desenvolvidas), da reprodução e da crise, quanto suas correspondentes visões positivistas dos fins do Estado capitalista, seja na modernidade em vigor, seja na utopia que se situa além da sociedade salarial – cujas intromissões estatais e contratuais harmonizariam o tempo de trabalho e o tempo livre e favoreceriam ainda mais a colaboração de classes.

Nesse sentido, em suma, no terceiro capítulo, Flávio Farias faz a crítica de certas abordagens regulacionistas do Estado, que se desenvolveram na França a partir de 1975.

Segundo a “escola da regulação”, no contexto que leva a marca fordista da produção e do consumo de massa, o operário também foi massificado. O regime fordista o teria transformado num agente social e político integrado maciçamente na sociedade capitalista contemporânea.

Em geral, nas análises econômicas e políticas da escola da regulação não existe regime fordista de acumulação intensiva sem evolução paralela tanto do poder de compra quanto da rentabilidade. Isto é garantido por uma relação salarial capaz de tornar possível a harmonia entre assalariados e empresários, mas que tem por premissa uma regulação, realizada por intermédio de um sistema de instituições estatais e contratuais.

Há uma concordância entre os regulacionistas sobre a existência, desde 1975, de uma crise estrutural que concerne, ao mesmo tempo, à natureza e ao tipo de regime de acumulação. Entretanto, não há acordo a propósito dos vínculos concretos da crise com a divergência entre poder de compra e rentabilidade, ou da crise com os fatores nacionais e internacionais, ou da crise com as relações mercantis simples e desenvolvidas, ou da crise com o capital em geral e com os capitais numerosos.

Em sua obra, Flávio Farias conclui, portanto, que todas as abordagens procuram mostrar que, em primeiro lugar, o capitalismo não funciona sempre da mesma maneira, e que este encontra múltiplas soluções para suas dificuldades, ou melhor, que existem diversas reestruturações possíveis por ocasião das grandes crises; em segundo lugar, todo tempo, as escolhas feitas dependem, sobretudo, das formas de compromissos institucionais estatais e contratuais capazes de ser propostos e até mesmo impostos pelas classes dominadas, através dos partidos e dos sindicatos reformistas.

Conclui, igualmente, que a superação do capitalismo é um movimento que começa no nível político. Com efeito, no início, forma-se a unidade da consciência de classe e da ação revolucionária dos oprimidos e dos explorados, para a realização das mediações que conduzem à utopia concreta do comunismo. Entretanto, esta superação não é a sequência de um “golpe de Estado”, sem nenhuma ruptura com o estado de coisas em vigor na sociedade burguesa. Ao contrário, a própria passagem de poder vem de uma mudança profunda na correlação de forças sociais em favor das massas populares.

Flávio Farias afirma que constata-se a crise profunda do capitalismo; visualiza-se a transformação social e a revolução possível; acreditando-se na utopia concreta do comunismo.

Em síntese, é preciso que permaneça viva a utopia concreta do comunismo, em toda a sua virtualidade anti-sistêmica. Mas a revolução comunista não é a única das possibilidades; pode haver um “progresso” no modo de produção capitalista, que aliás se desenvolve até que tenha atingido “limites” dificilmente determinados.

Hoje, nas sociedades capitalistas avançadas, pode-se constatar uma série de comportamentos – aos níveis do Estado social e da nova capacidade de cooperação produtiva entre os sujeitos que personificam a força de trabalho, cuja mobilidade se torna a figura de uma resistência ativa que tende a se manifestar como poder constituinte – considerados, com razão, como “pré-condições do comunismo”. Porém, neste quadro, embora a abordagem crítica e revolucionária possa ser favorável a reformas no regime em vigor (mudanças na ordem ou sistêmicas), jamais será reformista, negando com isso a luta pela emancipação (mudanças contra a ordem ou anti-sistêmicas), que busca ultrapassar todas as relações em que o ser humano assume a condição de um ser diminuído, oprimido e alienado.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção das IFRS 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 28, 29

C

Capital humano 3, 66

Capitalista 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Catadores de materiais recicláveis 32, 34, 35, 39, 40, 41

Contabilidade 3, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 30, 61, 63, 64, 65, 67, 70, 72, 73, 74

Crítica 5, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 67

D

Desenvolvimento econômico 1, 2, 3, 7, 10, 11

Desvalorização 50, 51, 56, 61

Discriminação 50, 58, 59

E

Economia da educação 1, 2, 3, 7, 11

Empresas 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 66

Escolaridade 6, 11, 34, 35, 37, 57, 59, 61

Estado 5, 6, 7, 8, 9, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

M

Mão de obra 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61

Moçambique 13, 14, 15, 16, 21, 29, 30

P

Percepção de riscos 32, 34

Política educacional 1, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12

R

Resíduos sólidos 31, 32, 33, 37, 40, 41

S

Saúde ocupacional 32

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

3



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

3

